







5. Atente para as afirmações abaixo sobre a pontuação empregada no texto.

I. *Outros conferem “consciência” a criaturas que reconhecem seus parentes consanguíneos e se recordam de locais prévios relacionados a situações de perigo ou de prazer.* (1º parágrafo)

Sem prejuízo para o sentido e a correção, uma vírgula poderia ser colocada imediatamente depois da palavra *criaturas*.

II. *Não acredito que muitas pessoas sustentem nos dias de hoje uma versão tão forte da posição cartesiana...* (3º parágrafo)

Sem prejuízo para a correção e a clareza, o segmento em destaque poderia ser isolado por vírgulas.

III. *... os “insensíveis” índios eram incapazes de experimentar alguma forma de dor conceitual ou filosófica pela perda de seu ambiente ou modo de vida (desde que os territórios reservados suprissem suas necessidades corporais de alimento e segurança), e que os “primitivos” africanos...* (3º parágrafo)

A substituição dos parênteses por travessões não implicaria prejuízo para a correção e a lógica.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

6. *Algumas pessoas não atribuirão “consciência” a criatura alguma...*

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o verbo grifado acima está em:

- (A) *... e que os “primitivos” africanos não lamentariam a terra natal e a família abandonadas à força...*
- (B) *... essa questão assume uma importância central...*
- (C) *... as expressões vocais e faciais desses parentes evolutivos próximos são semelhantes às nossas próprias reações...*
- (D) *... isso depende da definição escolhida.*
- (E) *... uma vez que a escravidão lhes assegurasse a sobrevivência do ponto de vista físico.*

7. *Não acredito que muitas pessoas sustentem nos dias de hoje uma versão tão forte da posição cartesiana, mas a tradição de se considerar os animais “inferiores” como “menos capazes de sentir” certamente persiste como um paliativo que ajuda a justificar nossa rapacidade – do mesmo modo como os nossos ancestrais racistas argumentavam que os “insensíveis” índios eram incapazes de experimentar alguma forma de dor conceitual ou filosófica pela perda de seu ambiente ou modo de vida (desde que os territórios reservados suprissem suas necessidades corporais de alimento e segurança), e que os “primitivos” africanos não lamentariam a terra natal e a família abandonadas à força uma vez que a escravidão lhes assegurasse a sobrevivência do ponto de vista físico.*

Mantém-se clara e correta a redação da frase acima caso, sem qualquer outra alteração, os elementos sublinhados sejam substituídos, respectivamente, por:

- (A) embora – de modo que
- (B) contudo – contanto que
- (C) conquanto – porquanto
- (D) embora – contanto que
- (E) porém – antes que

8. *... uma vez que as expressões vocais e faciais desses parentes evolutivos próximos são semelhantes às nossas próprias reações aos mesmos estímulos...*

Sem que qualquer outra modificação seja feita na frase acima, o sinal indicativo de crase deverá ser mantido caso o segmento sublinhado seja substituído por:

- (A) afiguram.
- (B) parecem.
- (C) correspondem.
- (D) lembram.
- (E) rememoram.

9. *... desde que os territórios reservados suprissem suas necessidades corporais de alimento e segurança...*

A transposição da frase acima para a **voz passiva** terá como resultado a forma verbal:

- (A) fossem supridas.
- (B) forem supridos.
- (C) fossem supridos.
- (D) viessem a suprir.
- (E) sejam supridas.

10. A substituição do elemento grifado pelo pronome correspondente foi realizada de modo INCORRETO em:

- (A) *sem levar em consideração os rótulos* = sem levá-los em consideração
- (B) *capaz de abstrair um conceito geral* = capaz de abstrai-lo
- (C) *suprissem suas necessidades* = suprissem-nas
- (D) *conferem “consciência” a criaturas* = conferem-lhes consciência
- (E) *que reconhecem seus parentes consanguíneos* = que lhes reconhecem



11. O cartesianismo sustenta que os animais são pouco mais que máquinas desprovidas de sentimentos.

As versões radicais do cartesianismo consideram que até mesmo a dor de outros mamíferos é apenas uma resposta automática.

Para o cartesianismo, o sofrimento dos animais não deve ser motivo para nos preocuparmos com sua possível extinção.

As frases acima articulam-se num único período, com clareza e correção, em:

- (A) Ao sustentar que os animais são pouco mais que máquinas desprovidas de sentimentos e, segundo as versões radicais do cartesianismo, ao considerar que até mesmo a dor dos mamíferos é uma resposta automática, o sofrimento dos animais não deve ser motivo para nos preocuparmos com sua possível extinção.
- (B) O cartesianismo, cujas versões radicais consideram que até mesmo a dor de outros mamíferos é apenas uma resposta automática, sustenta que os animais são pouco mais que máquinas desprovidas de sentimentos e, por conseguinte, que seu sofrimento não deve ser motivo para nos preocuparmos com sua possível extinção.
- (C) Para o cartesianismo, o sofrimento dos animais não deve ser motivo para nos preocuparmos com sua possível extinção, por que sustenta que os animais são pouco mais que máquinas desprovidas de sentimentos, as versões radicais do cartesianismo considerando que até mesmo a dor de outros mamíferos é apenas uma resposta automática.
- (D) O cartesianismo sustenta que os animais são pouco mais que máquinas desprovidas de sentimentos e considera que até mesmo a dor de outros mamíferos é apenas uma resposta automática, isso para suas versões radicais, porquanto o sofrimento dos animais não deve ser motivo para nos preocuparmos com sua possível extinção.
- (E) Sustentando que os animais são pouco mais que máquinas desprovidas de sentimentos, o cartesianismo, em suas versões radicais, consideram que até mesmo a dor de outros mamíferos é apenas uma resposta automática, na medida em que o sofrimento dos animais não deve ser motivo para nos preocuparmos com sua possível extinção.

12. O aquário propriamente dito teve um nascimento interessante e particular na metade do século XIX. Antes disso, alguns poucos naturalistas ..... conseguido manter os organismos marinhos vivos em recipientes dentro de casa por períodos consideráveis – mas somente com um esforço contínuo e substancial (que ..... a cargo dos empregados domésticos, o que revelava outra realidade social daqueles tempos). Um exemplo são os animais marinhos que ..... nos vasos cilíndricos de vidro que sir John Graham Dalyell mantinha em sua casa no início do século XIX.

(Adaptado de: Stephen Jay Gould. **Op. cit.**, p.77-9)

Preenchem corretamente as lacunas do texto acima, na ordem dada:

- (A) *havam* – *ficavam* – *havam*  
(B) *havia* – *ficava* – *havam*  
(C) *havam* – *ficava* – *havia*  
(D) *havia* – *ficavam* – *havia*  
(E) *havam* – *ficava* – *havam*

Atenção: Para responder às questões de números 13 a 18, considere o texto abaixo.

### **Cora Coralina, de Goiás**

*Este nome não inventei, existe mesmo, é de uma mulher que vive em Goiás: Cora Coralina.*

*Cora Coralina, tão gostoso pronunciar este nome, que começa aberto em rosa e depois desliza pelas entranhas do mar, surdinando música de sereias antigas e de Dona Janaína moderna.*

*Na estrada que é Cora Coralina passam o Brasil velho e o atual, passam as crianças e os miseráveis de hoje. O verso é simples, mas abrange a realidade vária. Escutemos: “Vive dentro de mim / uma cabocla velha / de mau olhado, / accoranda ao pé do borralho, / olhando pra o fogo.” “Vive dentro de mim / a lavadeira do rio Vermelho. / Seu cheiro gostoso d’água e sabão.” “Vive dentro de mim / a mulher cozinheira. / Pimenta e cebola. / Quitute bem feito.” “Vive dentro de mim / a mulher proletária. / Bem linguaruda, / desabusada, sem preconceitos.” “Vive dentro de mim / a mulher da vida. / Minha irmãzinha... / tão desprezada, / tão murmurada...”*

*Todas as vidas. E Cora Coralina as celebra com o mesmo sentimento de quem abençoa a vida. Ela se coloca junto aos humildes, defende-os com espontânea opção, exalta-os, venera-os. Sua consciência humanitária não é menor do que a sua consciência da natureza.*

*Assim é Cora Coralina – um ser geral, “coração inumerável”, oferecido a estes seres que são outros tantos motivos de sua poesia: o menor abandonado, o pequeno delinquente, o presidiário, a mulher-da-vida. Voltando-se para o cenário goiano, tem poemas sobre a enxada, o pouso das boiadas, o trem de gado, os becos e sobrados, o prato azul-pombinho, último restante de majestoso aparelho de 92 peças, orgulho extinto da família.*

*Cora Coralina, um admirável brasileiro. Ela mesma se define: “Mulher sertaneja, livre, turbulenta, cultivadamente rude. Inserida na gleba. Mulher terra. Nos meus reservatórios secretos um vago sentido de analfabetismo.” Opõe à morte “aleluias festivas e os sinos alegres da Ressurreição. Doceira fui e gosto de ter sido. Mulher operária”.*

*Cora Coralina: gosto muito deste nome, que me invoca, me bouleversa, me hipnotiza, como no verso de Bandeira.*

(Adaptado de: Carlos Drummond de Andrade. Publicado originalmente no Jornal do Brasil. Cad. B, 27.12.80. Cora Coralina. **Vintém de cobre: meias confissões de Aninha**. 8. ed. S.Paulo: Global, 2001. p. 8-11)



13. Atente para as afirmações abaixo.

- I. A expressão *espontânea opção* (4º parágrafo), empregada por Drummond, não é inteiramente redundante, pois o qualificativo *espontânea* reforça o caráter voluntário da escolha.
- II. A alusão de Drummond ao *majestoso aparelho de 92 peças* (5º parágrafo) revela a contradição entre a riqueza da poeta e a simplicidade e a humildade dos temas e pessoas tratados em sua poesia.
- III. A expressão *cultivadamente rude* (6º parágrafo), de que Cora Coralina se vale para falar de si mesma, é propositalmente paradoxal, pois *rude* pode significar “não cultivado”.

Está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e II, apenas.

---

14. “Vive dentro de mim / uma cabocla velha / de mau olhado, / acocorada ao pé do borralho, / olhando pra o fogo.” [...] “Vive dentro de mim / a mulher proletária. / Bem linguaruda, / desabusada, sem preconceitos.” “Vive dentro de mim / a mulher da vida. / Minha irmãzinha... / tão desprezada, / tão murmurada...”

De acordo com o contexto, os elementos sublinhados no trecho acima têm, respectivamente, o sentido de:

- (A) dobrada – malcriada – lastimosa
- (B) encostada – acanhada – renomada
- (C) agachada – avançada – mal amada
- (D) agachada – atrevida – mal falada
- (E) encostada – acanhada – mal falada

---

15. A afirmação que está em DESACORDO com o texto é:

- (A) as palavras da própria Cora Coralina são citadas para mostrar o que há de telúrico em sua personalidade.
- (B) a poesia de Cora Coralina volta-se para o passado, sem deixar de tratar do presente.
- (C) o nome de Cora Coralina exerce um enorme fascínio sobre Drummond.
- (D) os mais despossuídos parecem ocupar o lugar central na poesia de Cora Coralina.
- (E) a preocupação de Cora Coralina com os homens só é superada pelos seus cuidados com a natureza.

---

16. *tão gostoso pronunciar este nome – sentimento de quem abençoa a vida – Opõe à morte aleluias festivas*

A substituição dos elementos grifados acima pelos pronomes correspondentes, com os necessários ajustes, foi realizada corretamente em:

- (A) tão gostoso pronunciá-lo – sentimento de quem a abençoa – Opõe-lhe aleluias festivas
- (B) tão gostoso pronunciar-lhe – sentimento de quem abençoa-a – Lhe opõe aleluias festivas
- (C) tão gostoso pronunciá-lo – sentimento de quem abençoa-lhe – Opõe-na aleluias festivas
- (D) tão gostoso o pronunciar – sentimento de quem a abençoa – A opõe aleluias festivas
- (E) tão gostoso lhe pronunciar – sentimento de quem lhe abençoa – Opõe-na aleluias festivas



17. A frase que admite transposição para a **voz passiva** é:

- (A) ... gosto muito deste nome...
- (B) ... e depois desliza pelas entranhas do mar...
- (C) ... uma mulher que vive em Goiás...
- (D) ... passam as crianças e os miseráveis de hoje.
- (E) ... defende-os com espontânea opção...

18. A frase cuja pontuação está inteiramente adequada é:

- (A) Sendo um nome hoje conhecido de todos os que apreciam a poesia, Cora Coralina deve ter encontrado, já muitos intérpretes de sua obra, alguns certamente sensíveis, e argutos, mas poucos terão escrito sobre sua poesia, de maneira tão poética como o fez Drummond, ele mesmo um de nossos maiores poetas.
- (B) Sendo um nome hoje conhecido, de todos os que apreciam a poesia, Cora Coralina deve ter encontrado já muitos intérpretes de sua obra, alguns certamente sensíveis e argutos, mas, poucos terão escrito sobre sua poesia, de maneira tão poética como o fez Drummond ele mesmo, um de nossos maiores poetas.
- (C) Sendo um nome, hoje conhecido de todos, os que apreciam a poesia, Cora Coralina deve ter encontrado já muitos intérpretes, de sua obra, alguns certamente sensíveis e argutos; mas poucos terão escrito sobre sua poesia de maneira tão poética como o fez Drummond, ele mesmo um de nossos maiores poetas.
- (D) Sendo um nome hoje conhecido de todos os que apreciam a poesia, Cora Coralina deve ter encontrado já muitos intérpretes de sua obra, alguns certamente sensíveis e argutos, mas poucos terão escrito sobre sua poesia de maneira tão poética como o fez Drummond, ele mesmo um de nossos maiores poetas.
- (E) Sendo um nome hoje conhecido de todos, os que apreciam a poesia, Cora Coralina deve ter encontrado já muitos intérpretes de sua obra, alguns, certamente sensíveis e argutos, mas poucos, terão escrito sobre sua poesia de maneira tão poética como o fez Drummond, ele mesmo, um de nossos maiores poetas.

19. O verbo empregado no plural que, sem prejuízo das normas de concordância verbal, também poderia ser empregado no singular está grifado neste fragmento de um poema de Cora Coralina:

- (A) *Filhos, pequeninos e frágeis...  
eu os carregava, eu os alimentava?  
Não. Foram eles que me carregaram,  
que me alimentaram.*
- (B) *Sobraram na fala goiana algumas expressões africanas, como Inhô, Inhá,  
Inhora, Sus Cristo. [...]*
- (C) *Suas roseiras, jasmineiros, cravos e cravinas, escumilhas,  
onde beija-flores faziam seus ninhos delicados [...]*
- (D) *Na Fazenda Paraíso, grandes terras de Sesmaria, nos dias  
da minha infância ali viviam meu avô, minha bisavó Antônia,  
que todos diziam Mãe Yayá, minha tia Bárbara, que era tia Nhá-Bá.*
- (E) *E vinham os companheiros, eu vi, escondida na moita de bambu...*

20. Estão corretos o emprego e a flexão de todos os verbos da frase:

- (A) Proseia com a antiga colega de turma há quase uma hora e não atina com o nome dela.
- (B) É realmente espantoso como tudo parece estar acontecendo exatamente como preveu.
- (C) Ela requiz imediatamente os seus direitos, mas não encontrou quem lhe atendesse.
- (D) Se interviesse a favor do amigo, certamente acabaria por se indispor com o chefe.
- (E) Antes mesmo que ouvisse a má notícia, de que estava certo, atera-se à parede para não cair.



**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**Direito Constitucional**

21. Sobre os princípios e normas que regem a Administração pública direta e indireta, segundo a Constituição Federal de 1988, é INCORRETO afirmar:

- (A) A autonomia gerencial, orçamentária e financeira das entidades da Administração direta e indireta não poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade.
- (B) O teto remuneratório constitucional aplica-se às sociedades de economia mista e às empresas públicas se houver recebimento de recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.
- (C) A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da Administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.
- (D) A proibição de acumulação remunerada de cargos públicos prevista na Constituição Federal de 1988 estende-se às sociedades de economia mista.
- (E) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundações, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

22. A fixação dos subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem as normas constitucionais pertinentes à matéria, é competência exclusiva

- (A) do Tribunal de Contas da União.
- (B) da Câmara dos Deputados.
- (C) do Senado Federal.
- (D) do Presidente da República.
- (E) do Congresso Nacional.

23. Paulo ajuizou perante a Justiça Estadual uma ação de indenização por danos morais contra a empresa X, sediada na cidade de Goiânia. Distribuída a demanda para uma das Varas Cíveis da Comarca de Goiânia, o Magistrado, após ler a peça inicial, reconheceu de ofício a incompetência absoluta da Justiça Estadual e determinou a remessa dos Autos à Justiça do Trabalho de Goiânia. Distribuída a ação para uma das Varas da Justiça do Trabalho de Goiânia, o Magistrado, discordando dos argumentos apresentados pelo Juiz Estadual, entendeu também ser absolutamente incompetente para processar e julgar a demanda, suscitando conflito de competência, que deverá ser julgada pelo

- (A) Tribunal de Justiça de Goiânia.
- (B) Supremo Tribunal Federal.
- (C) Superior Tribunal de Justiça.
- (D) Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região.
- (E) Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

24. No que se refere à Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental, de acordo com a Lei Federal nº 9.882/99, é INCORRETO afirmar:

- (A) A decisão será proferida, assim como a Ação Direta de Inconstitucionalidade, pelo *quorum* da maioria absoluta, desde que presentes pelo menos 2/3 dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- (B) A decisão que julgar improcedente ou procedente o pedido em arguição de preceito fundamental é irrecorrível, não podendo ser objeto de ação rescisória.
- (C) Julgada a ação, o Presidente do Supremo Tribunal Federal determinará o imediato cumprimento da decisão, lavrando-se o acórdão posteriormente.
- (D) Caberá reclamação contra o descumprimento da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na forma do seu Regimento Interno.
- (E) O Supremo Tribunal Federal, pela maioria absoluta dos seus membros, poderá, no processo de descumprimento de preceito fundamental, restringir os efeitos da decisão proferida ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.

25. Considere:

*Estabelece o artigo 35, § 1º, da Lei nº 10.826/03: é proibida a comercialização de arma de fogo e munição em todo o território nacional, salvo para as entidades previstas no art. 6º desta Lei. § 1º. Este dispositivo, para entrar em vigor, dependerá de aprovação mediante referendo popular, a ser realizado em outubro de 2005.*

O referendo foi realizado no dia 23 de Outubro de 2005 com a seguinte questão: *O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil? A apuração dos votos pelo TSE apontou que 63,94% dos eleitores decidiram pela NÃO proibição do comércio de armas de fogo e munição no Brasil. Logo, após o referendo popular, o artigo 35, da Lei nº 10.826/03 não entrou em vigor.*

Com base no exemplo apresentado, sob a premissa da Constituição Federal de 1988, no tocante aos princípios fundamentais e direitos políticos, a modificação do resultado deste referendo por Lei ou Emenda Constitucional será

- (A) constitucional, desde que a modificação seja feita por Emenda Constitucional.
- (B) inconstitucional por ferir o princípio constitucional da Soberania Popular.
- (C) inconstitucional por ferir o princípio constitucional da Separação dos Poderes.
- (D) inconstitucional por ferir o princípio constitucional do Pluralismo Político.
- (E) constitucional, pois a Lei e a Emenda Constitucional, aprovadas pelo Congresso Nacional, substituem automaticamente o referendo.

**Direito Administrativo**

26. O exercício de mandato eletivo de vereador por servidor público, nos termos da Lei nº 8.112/90,
- (A) é incompatível com o vínculo funcional de servidor público, devendo haver prévia exoneração do cargo para assunção ao cargo.
  - (B) exige afastamento do cargo público ocupado, podendo optar pela remuneração do mesmo.
  - (C) pode exigir afastamento do cargo, caso não haja compatibilidade de horários, podendo receber as vantagens de seu cargo, cumuladas com os vencimentos do cargo eletivo.
  - (D) exigirá afastamento do cargo, caso não haja compatibilidade de horários, podendo optar, nesse caso, pela sua remuneração.
  - (E) não exige afastamento do cargo em havendo compatibilidade de horários, podendo ser cumulados os vencimentos e vantagens percebidos.

27. Determinado funcionário de uma concessionária de serviço público valeu-se de sua posição e do auxílio de servidor público para se locupletar ilicitamente de numerário transferido pelo poder concedente. Considerando que a conduta praticada possa ser enquadrada na Lei nº 8.429/92, o funcionário
- (A) não poderá ser responsabilizado, porque a tipificação de improbidade é restrita a sujeitos ativos que sejam agentes públicos.
  - (B) poderá ser responsabilizado, tendo em vista que a lei de improbidade admite que o terceiro, não servidor público, seja considerado sujeito ativo.
  - (C) poderá ser responsabilizado pessoalmente somente se o ente público lesado for o poder concedente do serviço público desenvolvido pela concessionária.
  - (D) não poderá ser responsabilizado, porque o contrato que constitui o vínculo jurídico entre poder concedente e concessionária não está expressamente previsto na lei de improbidade administrativa.
  - (E) poderá ser responsabilizado, desde que o seu vínculo com a concessionária de serviço público seja de natureza definitiva e que seu cargo seja dotado de poder de decisão.

28. Com relação à composição do capital das empresas estatais, que integram a administração indireta, considere:

- I. A sociedade de economia mista é composta por capital público, enquanto a empresa pública admite capital privado, desde que não implique controle acionário.
- II. A sociedade de economia mista é composta por capital público e privado, devendo o poder público participar da gestão da mesma, observando-se a condição de acionista majoritário.
- III. Na empresa pública o capital votante é público, admitindo-se no capital a participação de outras pessoas de direito público interno.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) II, apenas.

29. Eurico, engenheiro, ingressou no serviço público mediante regular concurso público. Em determinada situação, lhe foi distribuído processo administrativo para decisão a respeito de requerimento formulado por particular. Identificou, todavia, que havia prestado serviços técnicos de engenharia para o interessado, há tempo considerável, mantendo com ele amizade desde então. Diante dessa situação, considerando o que dispõe a Lei nº 9.784/99,

- (A) deverá declarar sua suspeição, sob pena de configuração de vício de incapacidade.
- (B) poderá se declarar impedido de atuar, conforme convivência íntima, não ensejando configuração de vício do ato administrativo relativo ao sujeito.
- (C) poderá se declarar suspeito, conforme convivência íntima, não ensejando configuração de vício do ato administrativo relativo ao sujeito.
- (D) deverá se declarar suspeito, sob pena de configuração de nulidade insanável, que impede convalidação.
- (E) deverá se declarar impedido, sob pena de configuração de nulidade insanável, que impede convalidação.

30. A atuação da Administração pública está submetida a controle interno e externo. É correto afirmar que

- (A) o controle exercido pelo Legislativo é mais restrito do que o exercido pelo Judiciário, na medida em que se restringe ao controle de legalidade dos atos administrativos.
- (B) o controle de economicidade, exercido com auxílio do Tribunal de Contas, limita-se a exame de legalidade, visto que o controle Legislativo não admite análise discricionária.
- (C) o controle exercido pelo Legislativo é mais restrito que aquele desempenhado pelo poder judiciário, porque não admite análise de mérito da atuação administrativa.
- (D) a fiscalização exercida pelo Legislativo está expressamente delimitada pela Constituição Federal brasileira, incluindo o controle político, que abrange análise de mérito, em algum grau e medida.
- (E) não se admite controle exercido pelo Legislativo, em razão do princípio da separação de poderes, cabendo, apenas excepcionalmente controle pelo Judiciário, admitindo-se algum grau de controle de discricionariedade.

**Direito Processual do Trabalho**

31. A competência da Justiça do Trabalho foi ampliada pela Emenda Constitucional nº 45/2004. Entretanto, NÃO compreende as ações

- (A) de natureza previdenciária envolvendo empregado e o INSS.
- (B) *habeas corpus* e *habeas data*, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à jurisdição da justiça do trabalho.
- (C) envolvendo o exercício do direito de greve.
- (D) de indenizações por dano moral ou reparação patrimonial, decorrentes da relação de emprego.
- (E) que versam sobre representação sindical entre sindicatos.





32. Para analisar e julgar os litígios individuais de natureza trabalhista, o Juiz do Trabalho e os Tribunais do Trabalho devem valer-se de normas processuais
- (A) contidas na Consolidação das Leis do Trabalho, na fase de conhecimento do processo, e do Código de Processo Civil na fase de execução.
  - (B) do Código de Processo Civil e, de forma subsidiária, das regras contidas na Consolidação das Leis do Trabalho.
  - (C) do Código de Processo Civil, na fase de conhecimento do processo, e das regras contidas na Lei de Execuções Fiscais na fase de execução da sentença.
  - (D) previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e, nos casos omissos, o direito processual comum será aplicado de forma subsidiária, exceto naquilo em que houver incompatibilidade.
  - (E) previstas na Consolidação das Leis do Trabalho até a sentença, utilizando toda a matéria recursal prevista no Código de Processo Civil e, por fim, das regras contidas na Lei de Execuções Fiscais na fase de execução da sentença.
33. A lei prevê isenção do recolhimento de custas e despesas processuais nas reclamações trabalhistas para
- (A) os entes sindicais representantes da categoria profissional.
  - (B) as entidades sem fins lucrativos que admitirem trabalhadores como empregados.
  - (C) os profissionais liberais empregadores que recebam menos que cinco salários mínimos ao mês.
  - (D) o Ministério Público do Trabalho.
  - (E) as entidades fiscalizadoras do exercício profissional.
34. Em relação às partes e aos procuradores que atuam no Processo Judiciário Trabalhista, é correto afirmar que
- (A) apenas os empregados podem reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho, sendo que os empregadores deverão constituir advogados para representá-los.
  - (B) os empregados e empregadores poderão pessoalmente, sem a constituição de advogado, participar de reclamações trabalhistas nas Varas do Trabalho e nos Tribunais Regionais em grau de recurso ordinário.
  - (C) somente nas reclamações que tramitarem pelo rito sumaríssimo poderão atuar empregados e empregadores desacompanhados de advogados, desde a Vara do Trabalho até o TST.
  - (D) nos dissídios coletivos, as entidades sindicais das categorias profissional e econômica, bem como as empresas, obrigatoriamente, deverão estar assistidas por advogado.
  - (E) a reclamação trabalhista do menor de 18 anos será feita pessoalmente, sendo desnecessária a presença de seus representantes legais ou do Ministério Público do Trabalho.
35. O Processo Judiciário do Trabalho prevê algumas regras sobre nulidades processuais e exceções que podem ser opostas pela parte. Conforme essas normas,
- (A) toda nulidade pode ser declarada de ofício pelo juiz ou mediante provocação das partes, que podem alegá-la em qualquer momento processual.
  - (B) nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.
  - (C) a nulidade será declarada ainda que seja possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato, bem como quando for arguida por quem lhe tiver dado causa.
  - (D) apresentada a exceção de incompetência, abrir-se-á vista dos autos ao exceto, por 05 dias, prorrogáveis por igual período, devendo a decisão ser proferida na primeira audiência ou sessão que se seguir.
  - (E) o fato de a parte recusante ter praticado algum ato pelo qual haja consentido na pessoa do juiz, não impede que ela alegue exceção de suspeição, sobrevindo ou não novo motivo.
36. Quanto à realização das audiências trabalhistas, a notificação da parte e as consequências da sua ausência, é correto afirmar:
- (A) A ausência do reclamante ou do reclamado à audiência importará sempre no arquivamento da reclamação uma vez que as partes são imprescindíveis para a realização do ato; podendo ser proposta nova reclamação desde que ajuizada no prazo de 30 dias, contados do arquivamento.
  - (B) As audiências dos órgãos da Justiça do Trabalho serão públicas e ocorrerão entre 6 e 20 horas, não podendo ultrapassar 6 horas seguidas, mesmo que a matéria seja urgente.
  - (C) O juiz manterá a ordem nas audiências, entretanto, não poderá mandar retirar do recinto os assistentes que a perturbarem diante da publicidade desse ato processual.
  - (D) Protocolada a reclamação, o serventuário, dentro de 05 dias, remeterá a segunda via da petição ao reclamado, notificando-o ao mesmo tempo, para comparecer à audiência, que será a primeira desimpedida, depois de 15 dias.
  - (E) Em casos especiais, poderá ser designado local para a realização das audiências fora da sede do Juízo ou Tribunal, mediante edital afixado na sede do Juízo ou Tribunal, com a antecedência mínima de 24 horas.



<p>37. Nos dissídios individuais sujeitos à jurisdição da Justiça do Trabalho, há previsão legal de ritos ou procedimentos processuais distintos, um ordinário e outro sumaríssimo. São consideradas diferenças entre os procedimentos:</p> <p>(A) a quantidade de testemunhas a serem indicadas pelas partes para serem ouvidas em audiência: três no ordinário e duas no sumaríssimo.</p> <p>(B) a forma de comparecimento das testemunhas em audiência: no ordinário serão arroladas pelas partes no prazo de 5 dias e no sumaríssimo serão arroladas pelas partes no prazo de 48 horas.</p> <p>(C) a prova pericial técnica será permitida apenas no rito ordinário, sendo defesa a produção de tal prova no rito sumaríssimo.</p> <p>(D) o procedimento sumaríssimo é reservado aos litígios cujo valor da causa não exceda a 20 salários mínimos, podendo ser efetuada a citação do réu não localizado por edital, situação essa proibida no procedimento ordinário.</p> <p>(E) os recursos ordinário e de revista cabem no procedimento ordinário, enquanto que nos feitos de rito sumaríssimo somente cabe o recurso ordinário.</p>	<p>40. A doutrina que orienta a disciplina do Direito do trabalho prevê distinções entre os institutos da relação de trabalho e relação de emprego. Configura relação de emprego</p> <p>(A) o trabalho realizado de forma eventual.</p> <p>(B) a prestação de serviços autônomos.</p> <p>(C) o contrato individual de trabalho.</p> <p>(D) a realização do estágio não remunerado.</p> <p>(E) o serviço prestado por voluntários.</p>
<p>38. Em relação às disposições preliminares da execução das decisões proferidas nos processos que tramitam na Justiça do Trabalho, é correto afirmar que</p> <p>(A) o juiz que proferiu a sentença que contenha evidentes erros ou enganos de escrita, de digitação ou de cálculo, não poderá <i>ex officio</i>, antes da execução, corrigi-los, sendo necessária a provocação dos interessados.</p> <p>(B) a liquidação da sentença trabalhista será feita por cálculos, não sendo admitida outra modalidade.</p> <p>(C) a execução trabalhista restringe as sentenças e os acordos não cumpridos, não se admitindo a execução de nenhum título extrajudicial.</p> <p>(D) não se poderá modificar, na liquidação, ou inovar, a sentença liquidanda, podendo apenas ser discutida matéria pertinente à causa principal que não foi apreciada.</p> <p>(E) a execução poderá ser promovida por qualquer interessado, ou <i>ex officio</i> pelo próprio juiz ou tribunal competente, ou seja, aquele que tiver conciliado ou julgado originalmente o dissídio.</p>	<p>41. A empresa Beta Transportes pretende contratar um empregado para exercer as funções de auditor contábil, por prazo determinado, apenas para a realização de auditoria em sua contabilidade, visto que pretende encerrar suas atividades. Nessa situação, de acordo com as normas trabalhistas,</p> <p>(A) não será possível realizar contrato por prazo determinado visto que tal modalidade não está prevista na Consolidação das Leis do Trabalho.</p> <p>(B) será possível a contratação por prazo determinado apenas na modalidade de trabalho temporário, por intermédio de empresa interposta, pelo prazo máximo de 120 dias.</p> <p>(C) poderá ser firmado contrato por prazo determinado em razão de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo.</p> <p>(D) a lei prevê apenas a modalidade de determinação de prazo em contrato de experiência de prazo máximo de 1 ano, o que não se enquadra na situação.</p> <p>(E) é possível a contratação por prazo determinado por no máximo 90 dias, desde que o prazo inicial seja de 30 dias, sujeito a mais duas prorrogações pelo mesmo prazo.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Direito do Trabalho</b></p> <p>39. Em relação aos princípios e fontes do Direito do Trabalho, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) a analogia, os usos e costumes não são considerados fontes do direito do trabalho, por falta de previsão legal.</p> <p>(B) o princípio da primazia da realidade prevê a importância dos fatos em detrimento de informações contidas nos documentos.</p> <p>(C) o direito do trabalho se orienta pelo princípio da continuidade da relação de emprego.</p> <p>(D) o acordo coletivo e a convenção coletiva de trabalho são fontes formais do direito do trabalho.</p> <p>(E) a Consolidação das Leis do Trabalho prevê que a jurisprudência é fonte subsidiária do Direito do Trabalho.</p>	<p>42. Nos contratos individuais de trabalho são estipuladas cláusulas que devem ser cumpridas pelas partes. Sobre esse pacto original, nos termos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho,</p> <p>(A) não é possível qualquer alteração nas cláusulas do contrato de trabalho, sob pena de se considerar rescindido o pacto e ter por início um novo contrato.</p> <p>(B) as alterações contratuais são possíveis, desde que ocorram por mútuo consentimento e não causem prejuízos, diretos ou indiretos, ao empregado.</p> <p>(C) apenas as alterações na estrutura jurídica da empresa e na sua propriedade afetarão os contratos de trabalho, fazendo iniciar-se nova pactuação.</p> <p>(D) as alterações de função, local e horário de trabalho serão permitidas, desde que ocorra aumento salarial, independentemente da anuência do empregado.</p> <p>(E) nenhuma mudança de local de trabalho será permitida sem o consentimento do empregado, ainda que para outro estabelecimento da empresa localizado no mesmo município.</p>



<p>43. A respeito da duração do trabalho, incluindo períodos de descanso, o labor noturno e o trabalho extraordinário, a legislação trabalhista prevê que</p> <p>(A) o adicional a ser pago pelo trabalho extraordinário será de no mínimo 100% sobre a hora normal e o adicional a ser pago pelo trabalho noturno será de no mínimo 50% sobre a hora diurna.</p> <p>(B) a duração do trabalho normal não será superior a oito horas diárias e quarenta horas semanais, facultada a compensação de horas dentro do mês por decisão do empregador.</p> <p>(C) as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários, não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária.</p> <p>(D) o período mínimo para o descanso entre duas jornadas de trabalho será de dez horas consecutivas.</p> <p>(E) o limite mínimo de uma hora para repouso ou refeição para o trabalho contínuo cuja duração exceda seis horas não poderá ser reduzido em nenhuma hipótese.</p>	<p>46. Com a atribuição de tentar conciliar os conflitos individuais do trabalho, a lei instituiu as Comissões de Conciliação Prévia. Sobre elas, é correto afirmar que</p> <p>(A) podem ser constituídas por empresas e os sindicatos, por grupos de empresas ou ter caráter intersindical.</p> <p>(B) terão composição tripartite, com representantes dos empregados, dos empregadores e do governo federal.</p> <p>(C) é vedada a dispensa dos representantes dos empregados membros titulares da Comissão de Conciliação Prévia, até dois anos após o final do mandato, salvo se cometerem falta grave.</p> <p>(D) o termo de conciliação lavrado na Comissão de Conciliação Prévia não constitui um título executivo extrajudicial, bem como não tem eficácia liberatória, seja das parcelas expressamente consignadas ou daquelas ressalvadas.</p> <p>(E) o prazo prescricional para ação trabalhista não será suspenso ou interrompido a partir da provocação da Comissão de Conciliação Prévia.</p>
<p>44. Hércules trabalha em uma fábrica exercendo as funções de eletricitista de rede, mantendo contato habitual e permanente com energia elétrica de alta voltagem. Diante do exercício de tais atividades de risco acentuado, o empregado faz jus ao pagamento de adicional de</p> <p>(A) penosidade de 30% calculado sobre o valor do salário mínimo nacional.</p> <p>(B) insalubridade de 30% calculado sobre o salário, incluindo os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.</p> <p>(C) insalubridade de 10%, 20% ou 40% calculado sobre o salário base, conforme se classificarem nos graus de riscos, mínimo, médio ou máximo.</p> <p>(D) periculosidade de 25% calculado sobre o salário global, incluindo os acréscimos resultantes de gratificações e prêmios.</p> <p>(E) periculosidade de 30% calculado sobre o salário, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Direito Civil</b></p> <p>47. O penhor</p> <p>(A) constitui-se sempre com a transferência efetiva da posse.</p> <p>(B) subsiste, em favor do credor, mesmo com o perecimento da coisa.</p> <p>(C) autoriza, a partir do inadimplemento, a expropriação direta do bem, independentemente de homologação judicial.</p> <p>(D) pode decorrer diretamente da lei, independentemente de convenção, a exemplo dos hospedeiros sobre as bagagens que os hóspedes tiverem consigo no estabelecimento.</p> <p>(E) não dá ao credor pignoratício direito aos frutos da coisa empenhada que se encontre em seu poder.</p>
<p>45. Diana obteve a confirmação de sua gravidez durante o décimo mês do contrato de trabalho por prazo indeterminado firmado com a empresa Gama Artes Gráficas. Um dia após comunicar o seu estado gravídico foi dispensada sem justa causa. Conforme legislação vigente, Diana é detentora de estabilidade</p> <p>(A) pelo prazo de oito meses contados do nascimento da criança.</p> <p>(B) pelo prazo de cento e vinte dias após o parto.</p> <p>(C) desde a confirmação da gravidez até um ano após o parto.</p> <p>(D) desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.</p> <p>(E) desde a confirmação da gravidez até nove meses após o parto.</p>	<p>48. Os direitos da personalidade</p> <p>(A) garantem, como regra, a inviolabilidade da vida privada.</p> <p>(B) extinguem-se nos casos em que a pessoa não possa mais exprimir sua vontade.</p> <p>(C) permitem a disposição gratuita do próprio corpo, com fins altruísticos, para depois da morte, mas impedem a revogação, em vida, de tal liberalidade.</p> <p>(D) autorizam o uso do nome alheio em propaganda comercial, não sendo necessário obter o consentimento quando se tratar de figura pública.</p> <p>(E) são, em regra, transmissíveis, embora irrenunciáveis.</p> <p>49. A solidariedade</p> <p>(A) pode ser renunciada, pelo credor, em favor de um ou de alguns devedores, caso em que subsistirá em relação aos demais.</p> <p>(B) é presumida pelo vínculo econômico entre os devedores.</p> <p>(C) extingue-se no caso de pagamento parcial.</p> <p>(D) abrange as cláusulas estipuladas entre um dos devedores solidários e o credor, independentemente do consentimento dos demais devedores, mesmo que tenham a situação agravada.</p> <p>(E) deixa de existir, por renúncia, no caso de propositura de ação, pelo credor, contra um ou todos os devedores.</p>



<p>50. A lei nova tem efeito imediato</p> <p>(A) mas, em regra, não revoga a lei anterior.</p> <p>(B) e atinge as situações em curso, mesmo que configurem direito adquirido.</p> <p>(C) e se projeta inclusive sobre o ato jurídico perfeito, a menos que este tenha sido objeto de sentença transitada em julgado.</p> <p>(D) mas não é obrigatória para a pessoa que desconhecer o seu conteúdo.</p> <p>(E) mas deve respeitar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.</p>	<p>53. Pode o juiz, na sentença,</p> <p>(A) determinar, na ação que tenha por objeto a entrega de coisa, a expedição de mandado de imissão na posse, em favor do credor, caso se trate de bem móvel.</p> <p>(B) condenar o réu em objeto diverso do que foi pedido, quando verificar que o autor é pessoa pobre ou sem instrução.</p> <p>(C) deixar de fundamentar, quando se tratar de causa de pequena complexidade.</p> <p>(D) impor, de ofício, multa diária a fim de assegurar o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.</p> <p>(E) deixar de apreciar o pedido, caso haja lacuna legal a respeito do fato controvertido.</p>
<p>51. Árvore frutífera incorporada artificialmente ao solo é um bem</p> <p>(A) móvel, se considerado em si mesmo, e principal, em relação aos frutos, os quais não podem ser objeto de negócio jurídico enquanto estiverem agregados à árvore.</p> <p>(B) imóvel, se considerado em si mesmo, e principal, em relação aos frutos, os quais podem ser objeto de negócio jurídico mesmo que não estejam separados da árvore.</p> <p>(C) imóvel, se considerado em si mesmo, e acessório, em relação aos frutos, os quais podem ser objeto de negócio jurídico mesmo que não estejam separados da árvore.</p> <p>(D) móvel, se considerado em si mesmo, e principal, em relação aos frutos, os quais podem ser objeto de negócio jurídico mesmo que não estejam separados da árvore.</p> <p>(E) imóvel, se considerado em si mesmo, e principal, em relação aos frutos, os quais não podem ser objeto de negócio jurídico enquanto estiverem agregados ao principal.</p>	<p>54. Com relação às provas, é correto afirmar:</p> <p>(A) As partes podem juntar documentos a qualquer tempo, ainda que não sejam novos.</p> <p>(B) Pode o juiz, independentemente de requerimento, determinar o comparecimento pessoal das partes a fim de interrogá-las sobre os fatos discutidos na causa, qualquer que seja o estado do processo.</p> <p>(C) A confissão espontânea é sempre pessoal, não podendo ser realizada por mandatário com poderes especiais.</p> <p>(D) O juiz deverá admitir a oitiva de testemunhas mesmo que a parte tenha confessado sobre o fato a respeito do qual viria a depor.</p> <p>(E) O ônus da prova incumbe sempre ao autor.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Direito Processual Civil</b></p> <p>52. Verificada nulidade de ato processual,</p> <p>(A) deverá ser ordenada a repetição dos atos imediatamente anteriores e posteriores ao ato nulo.</p> <p>(B) o ato não se repetirá se a invalidade não tiver prejudicado a parte.</p> <p>(C) se a nulidade for de apenas parte do ato processual, as outras partes serão também atingidas, ainda que independentes.</p> <p>(D) deverá a parte prejudicada alegar o fato ao juiz, que não pode decretar a nulidade de ofício.</p> <p>(E) o ato nulo deverá ser repetido mesmo que, de outro modo, tenha alcançado sua finalidade.</p>	<p>55. Na execução por quantia certa contra devedor solvente,</p> <p>(A) é impenhorável a propriedade rural que produza bens tidos como essenciais, independentemente do tamanho da propriedade e dos meios de produção.</p> <p>(B) a expropriação dos bens deve se dar necessariamente por hasta pública, não se admitindo a alienação por iniciativa particular em razão da natureza pública do processo.</p> <p>(C) realizada a citação e não efetuado o pagamento, o oficial de justiça, munido da segunda via do mandado, procederá de imediato à penhora e avaliação de bens.</p> <p>(D) não é dado ao credor indicar bens que deseja ver penhorados.</p> <p>(E) é defesa a substituição da penhora.</p>



### Noções de Gestão Pública

56. A Resolução 70/2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) caracteriza-se como peça de gestão estratégica, pois
- (A) apresenta um diagnóstico estratégico do Poder Judiciário Brasileiro.
  - (B) manifesta a prontidão estratégica por parte dos magistrados ao elencar uma série de objetivos de longo prazo.
  - (C) traz uma visão de futuro, elenca valores a serem perseguidos, define objetivos, prazos e formas de avaliação dos resultados.
  - (D) define macrotendências e fixa metas para a consecução das mudanças de curto e médio prazos.
  - (E) estabelece princípios avaliativos e propõe ações corretivas.
- 
57. NÃO se refere ao chamado Ciclo PDCA a seguinte característica:
- (A) enfatiza a identificação de forças e fraquezas de uma organização, em uma análise ambiental, auxiliando no planejamento estratégico.
  - (B) está dentro do escopo do controle de qualidade nas organizações.
  - (C) associa-se à noção de melhoria contínua.
  - (D) a fase de planejamento do ciclo está ligada ao estabelecimento de metas e definição de métodos para alcançá-las.
  - (E) a fase de execução do ciclo consiste em capacitação da organização para a implementação do planejado e na própria implementação do plano.
- 
58. A competência interpessoal ganha importância dentro das organizações, pois
- (A) os colaboradores, com a acentuada divisão de tarefas, encontram-se demasiadamente isolados, sem interação de qualquer natureza.
  - (B) os avanços tecnológicos, notadamente na área da informação, valorizaram muito os contatos face a face e o desenvolvimento interpessoal, em detrimento de um enfoque mais tecnicista e científico.
  - (C) mostra-se, na maioria dos contextos grupais e organizacionais, ao lado da competência técnica, absolutamente necessária para o exercício pleno das funções de liderança.
  - (D) o problema do conflito, nas mais recentes abordagens sobre a gestão de pessoas, já se vê, de antemão, eliminado.
  - (E) relaciona-se com a noção de capital intelectual e não pode ser entendida como geradora de valor econômico para a organização, mas apenas como fonte de valorização social do indivíduo.

### Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região

59. Compete ao Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, dentre outras atribuições,
- (A) instaurar o processo de promoção e de remoção de juízes do trabalho.
  - (B) ser relator nato de todas as matérias e recursos administrativos.
  - (C) conceder período de trânsito aos juízes promovidos ou removidos, assim como aos servidores, fixando o período, conforme a necessidade e conveniência do serviço, no máximo até trinta dias.
  - (D) determinar a instauração de processo de aposentadoria compulsória do juiz que não a requerer até quarenta dias antes da data em que irá completar setenta anos de idade.
  - (E) organizar a lista de antiguidade dos Juízes Titulares das Varas do Trabalho e dos Juízes Substitutos, no primeiro mês de cada ano.
- 
60. Sobre as sessões de julgamento do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região é INCORRETO afirmar:
- (A) O Presidente do Tribunal, excetuada a hipótese de declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, somente terá voto de desempate, salvo nos processos administrativos, quando votará com os demais desembargadores, fazendo-o após o relator, tendo ainda voto de qualidade.
  - (B) No julgamento de recurso contra decisão ou despacho do relator, ocorrendo empate, com ou sem participação do seu prolator na votação, prevalecerá a decisão ou despacho recorrido.
  - (C) Antes de proclamado o resultado do julgamento, o desembargador pode reconsiderar seu voto, devolvendo-se-lhe a faculdade de pedir esclarecimentos, na forma prevista no Regimento, tudo no tempo de cinco minutos.
  - (D) O pedido de inscrição para sustentação oral, para fim de preferência, só poderá ser feito depois de publicada a pauta no Diário da Justiça Eletrônico, por advogado constituído, por telefone, pessoalmente na Secretaria do Órgão julgador (Pleno ou Turmas) e pela página do TRT na rede mundial de computadores.
  - (E) As sessões ordinárias do Tribunal Pleno e das Turmas serão realizadas em dias da semana e hora estabelecidos por ato do Tribunal Pleno, sem necessidade de convocação formal de seus membros.

**DISCURSIVA****Atenção:**

- Conforme Edital do Concurso, será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva que for assinada fora do campo de assinatura do candidato e apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato.
- Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva.

Conforme *Mauricio Godinho Delgado* (In: **Curso de Direito do Trabalho**, São Paulo: Ltr, 2007. p. 250), *prescrição e decadência são figuras jurídicas que têm em comum a circunstância de consubstanciar meios de produção de efeitos nas relações jurídicas materiais em decorrência do decurso do tempo. A decadência corresponde a uma única modalidade, ao passo que a prescrição pode ser extintiva ou aquisitiva.*

Ante o exposto acima: **a)** diferencie prescrição de decadência, **b)** conceitue e fundamente prescrição em ambas as suas modalidades.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	